

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR –UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Aurélio Vianna – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

Sérgio Costa – LAI FU, Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEMA/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

Claudia Patricia Puerta Silva – Professora Associada – Departamento de Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de Antioquia

Zulay Poggi – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES– Universidad Central de Venezuela

Maria Backhouse – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie – FriedrichSchiller-Universitätjena

Jesús Alfonso Flórez López – Universidad Autónoma de Occidente de Cali - Colombia

Roberto Malighetti – Professor de Antropologia Cultural – Departamento de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de Milano-Bicocca

Alfredo Wagner
Eriki Aleixo
Ítala R. Nepomuceno
Vinícius Benvegnú
Organizadores

**MINERAÇÃO E GARIMPO EM TERRAS
TRADICIONALMENTE OCUPADAS:
CONFLITOS SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES ÉTNICAS**

Manaus - Amazonas
2019

Copyright© Autores

Equipe de organização e edição:

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Eriki Aleixo de Melo

Ítala T. Rodrigues Nepomuceno

Vinícius Cosmos Benvegnú

Capa

Equipe Editorial

Diagramação: Philipe Teixeira

ISBN Impresso - 978-85-7883-529-3

ISBN Ebook - 978-85-7883-531-6

Ficha Catalográfica

M664 Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente
ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas/
Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida et al.
– 1. Ed. - Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

826 p.: il.

ISBN 978-85-7883-529-3

1. Mineração. 2. Garimpo. 3. Conflitos sociais e.
I. Título.

CDU 316+910.3

(Bibliotecária Responsável: Rosiane Pereira Lima - CRB 11/963)



Indígenas Yanomami protestando contra a Invasão Garimpeira em suas terras durante a V Marcha dos Povos Indígenas do Amazonas realizada em 03/12/2019. Foto Eriki Aleixo.

MINERAÇÃO E GARIMPO EM TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS: CONFLITOS SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES ÉTNICAS

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Marcia Anita Sprandel

Patrícia Maria Portela Nunes

Cynthia Carvalho Martins

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Paulo Rogerio Gonçalves

Carmen Lúcia Silva Lima

Sheilla Borges Dourado

Claudina Azevedo Maximiano

Jurandir Santos de Novaes

Raquel Mombelli

Juracy Marques

Tatayya Kokama

Vânia Fialho

Luís Augusto Pereira Lima

Selma Solange Monteiro Santos

Elielson Pereira da Silva

Juliane Pereira dos Santos

Rita de Cássia Pereira da Costa

Raquel Oliveira Santos Teixeira

Ana Flávia Moreira Santos

Rômulo Soares Barbosa

Andréa M. N. Rocha de Paula

Felisa C. Anaya

Alexandre Gonçalves

Sérgio Leandro Sousa Neves

Reginaldo Conceição da Silva

Renildo Viana Azevedo

Jordeanes do N. Araújo

Nicolás Victorino

Murana Arenillas Oliveira

Felipe Pereira Jucá

Poliana Nascimento

Julianna Malerba

Gustavo Hees de Negreiros

Adinei Almeida Crisóstomo

Whodson Silva

Angelisson Tenbarin

Raimundo Nonato F. do Nascimento

Aline Radaelli

Tatiana Emila Dias Gomes

Valéria Morera Coelho de Melo

Fabiano Campelo Bebelany

Maryellen Milena Lima

Ilklyn Barbosa da Silva

Lívia Ferraz da Costa Duarte

Luciana Costa Leite

Clarissa Godinho Prates

Lilian Maria Santos

Matheus Vinícius Ferreira

Luciana Tonelli

Suellen Andrade Barroso

Chris Lopes da Silva

Ricardo Gilson da Costa Silva

Agnaldo Teixeira de Carvalho Neto

Barbara de Sousa Cascaes

Jéssica Maria Barros da Silva

Evandro Moura Dias

Patrícia Moraes Lima

Fátima Oliveira

Guilherme Dal Sasso

Camila Dellagnese Prates

Ítala T. Rodrigues Nepomuceno (org.)

Vinícius Cosmos Benvegnú (org.)

Eriki Aleixo de Melo (org.)

Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.)

SUMÁRIO

Apresentação.....	31
As estratégias de exportação agromineral e a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas: à guisa de Introdução	
<i>Alfredo Wagner Berno de Almeida.....</i>	47
PARTE 1	71
Pará	73
Quilombolas do Território de Jambuaçu (PA) em situação de conflitualidade com a Hydro/Mineração Paragominas S/A e a Ideologia da Harmonia	
<i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin.....</i>	75
Territórios Munduruku e tensões com garimpos e mineração no Alto e Médio Tapajós	
<i>Ítala T. Rodrigues Nepomuceno.....</i>	93
Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Rio Tocantins confrontados com política energética (UHE-Tucuruí) e mineração	
<i>Jurandir Santos de Novaes</i>	
<i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin.....</i>	107
Kayapó Mekrânogti (TI Baú) e Assentados (PDS) Terra Nossa da região do Tapajós (PA): conflito e licenciamento ambiental da mineração transnacional de ouro	
<i>Selma Solange Monteiro Santos.....</i>	123
Terras e territórios tradicionais da Volta Grande do Xingu na mira de megaempreendimentos minerais	
<i>Elielson Pereira da Silva.....</i>	135
Quilombos no Trombetas e a Mineração Rio do Norte (MRN): dos dilemas às novas estratégias políticas face à expansão da atividade mineradora em territórios quilombolas	
<i>Juliane Pereira dos Santos.....</i>	151

Agricultores Acampados de Canaã dos Carajás e os impactos da mineração no Sudeste Paraense

Rita de Cássia Pereira da Costa

Valéria Moreira Coelho de Melo

Fabiano Campelo Bechelany..... 169

DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS SOBRE AMAZÔNIA..... 183

“Nota pública de repúdio contra o propósito do Governo Bolsonaro de regulamentar o garimpo e mineração em terras indígenas”.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), 03 de outubro de 2019..... 185

“Carta Abierta de los pueblos indígenas: declaratoria de emergencia ambiental y humanitaria ante la evidente incapacidad y falta de voluntad de los Estados de Bolivia y Brasil para proteger a los pueblos indígenas y a la biodiversidad ante los incendios forestales en la Chiquitania boliviana en Santa Cruz de la Sierra y los estados de Acre, Rondonia, Mato Grosso y Mato Grosso del Sur en Brasil”

Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), 22 de agosto de 2019..... 187

“Carta abierta de los Pueblos Indígenas: declaratoria de emergencia ambiental y humanitaria ante la falta de voluntad de los gobiernos de Brasil y Bolivia para proteger a los Pueblos Indígenas y la biodiversidad en respuesta de los incendios florestales”.

Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA), 23 de agosto de 2019..... 192

“Nota de repúdio contra o processo de destruição da Amazônia pelo Governo Bolsonaro”

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COLAB), 22 de agosto de 2019..... 196

“COIAB repudia PL que permite a exploração mineral, energético e do agronegócio nas terras indígenas”

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COLAB), 06 de fevereiro de 2020..... 198

Minas Gerais	201
O desastre e seu curso: descronologia da violência	
<i>Raquel Oliveira Santos Teixeira</i>	
<i>Maryellen Milena Lima</i>	
<i>Ilklyn Barbosa da Silva</i>	203
Terras tradicionalmente ocupadas e Projeto Minas-Rio: expropriação, desresponsabilização e comunidades ‘fora de lugar’ no Espinhaço Meridional, Minas Gerais.	
<i>Ana Flávia Moreira Santos</i>	
<i>Lívia Ferraz da Costa Duarte</i>	
<i>Luciana Costa Leite</i>	
<i>Clarissa Godinho Prates</i>	217
De ouro e ferro: consequências socioambientais em curso e potenciais da mineração no norte de Minas Gerais	
<i>Rômulo Soares Barbosa</i>	
<i>Andréa M. N. Rocha de Paula</i>	
<i>Felisa C. Anaya</i>	
<i>Patrícia Moraes Lima</i>	
<i>Adinei Almeida Crisóstomo</i>	233
Apontamentos acerca das atividades de extração mineral na região de Diamantina (MG)	
<i>Sérgio Leandro Sousa Neves</i>	
<i>Lilian Maria Santos</i>	
<i>Matheus Vinícius Ferreira</i>	247
A Ideologia da Mineração está em xeque. Andrea Zhouri concede entrevista à Luciana Tonelli do site <i>Outras Palavras</i>	
<i>Luciana Tonelli</i>	257
Amapá	269
Terras Indígenas no estado do Amapá e mineração	
<i>Vinícius Cosmos Benvegnú</i>	271

**DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS SOBRE O
INTRUSAMENTO DE GARIMPO NA TERRA INDÍGENA WAJĀPI 281**

“Nota do APINA sobre a invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 28 de julho de 2019.....</i>	283
“2ª Nota do APINA sobre a invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 29 de julho de 2019.....</i>	285
“Terceira nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 31 de julho de 2019.....</i>	287
“Quarta nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 1º de agosto de 2019.....</i>	289
“Quinta nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 04 de agosto de 2019.....</i>	292
“Sexta nota do APINA sobre invasão da Terra Indígena Wajãpi” <i>APINA, 18 de agosto de 2019.....</i>	294
“Nota de apoio ao povo WAJĀPI” <i>Conselho Indígena de Roraima, 27 de julho de 2019.....</i>	296
“Nota pública de lideranças de Aty Guasu, retomada de Aty Jovem, Kuñangue do povo Guarani e Kaiowa diante do genocídio, massacre e invasão da Terra Indígena Waiãpi-Amapá” <i>Tekoba Guasu Guarani e Kaiowá, 28 de julho de 2019.....</i>	297
“Nota: Hutukara Associação Yanomami” <i>Hutukara, 29 de julho de 2019.....</i>	299
“Nota da Coiab contra os ataques ao Povo Waiãpi” <i>COLAB, 28 de julho de 2019.....</i>	300
Amazonas	303
Povos indígenas e conflitos socioambientais decorrentes da mineração no Alto e Médio Solimões na Amazônia brasileira <i>Reginaldo Conceição da Silva.....</i>	305

A destruição da vida pelas dragas	
<i>Tatayja Kokama / Altaci C. Rubin</i>	321
Mobilização étnica dos Kambeba frente aos garimpos ilegais do rio Jandiatuba	
<i>Aline Radaelli</i>	321
Mineração de potássio em Autazes (AM) ameaça os territórios do povo Mura	
<i>Renildo Viana Azevedo</i>	327
Notas de campo: garimpos, desmatamentos e madeireiros ilegais em Terras Indígenas no Sul do Amazonas	
<i>Jordeanes do N. Araújo</i>	
<i>Suellen Andrade Barroso</i>	
<i>Angelisson Tenbarin</i>	345
O estaleiro de balsas e dragas e o garimpo no Rio Madeira	
<i>Luís Augusto Pereira Lima</i>	359
Estado e pilhagem no Alto Rio Negro	
<i>Felipe Pereira Jucá</i>	371
Depoimento: A pressão do garimpo sobre povos indígenas em Terras Tradicionalmente Ocupadas no Baixo Rio Negro (AM)	
<i>Murana Arenillas Oliveira</i>	381
Depoimento de lideranças indígenas de Lábrea, Tapauá e Boca do Acre e Liderança Extrativista de Pauini – Região do Purus	
<i>Claudina Azevedo Maximiano</i>	
<i>Chris Lopes da Silva</i>	389
 Colômbia	 413
Síntesis de situación de minería en territorios indígenas de la Amazonia colombiana	
<i>Nicolás Victorino</i>	415

Rondônia/Roraima **425**

A espiral da desgraça: notas para um debate sobre mineração em áreas indígenas, direitos humanos e território dos povos amazônicos

Ricardo Gilson da Costa Silva

Luís Augusto Pereira Lima..... **427**

Garimpo em Terra Indígena Yanomami

Eriki Aleixo de Melo..... **439**

A nova corrida pelo ouro em Roraima

Agnaldo Teixeira de Carvalho Neto **447**

Depoimento de Dário Vitório Kopenawa Yanomami

Eriki Aleixo de Melo..... **453**

Maranhão/Tocantins **467**

Práticas minerárias em colisão com modos de ser e viver dos povos e comunidades tradicionais

Patrícia Maria Portela Nunes

Cynthia Carvalho Martins..... **471**

O vale das tragédias denunciadas e o (des) envolvimento ao longo da EFC: o custo da vida em comunidades de Alto Alegre do Pindaré e de Açailândia (MA)

Helciane de Fátima Abreu Araújo..... **491**

Da “briga” pelo babaçu à luta pelo território: o avanço de empreendimentos minerários na comunidade quilombola Miranda do Rosário (MA)

Barbara de Sousa Cascaes..... **499**

Riscos e efeitos socioambientais associados à extração de gás pelo Complexo Parnaíba na comunidade Bom Jesus dos Pretos, Lima Campos (MA)

Jéssica Maria Barros da Silva..... **513**

Exploração de fosfato na cidade de Arraias (TO) e seus impactos socioambientais

Paulo Rogerio Gonçalves

Evandro Moura Dias..... 525

Piauí/Bahia/Pernambuco 533

Mineração e conflitos socioambientais no estado Piauí

Carmen Lúcia Silva Lima

Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento..... 535

As feridas das montanhas: destruição da Chapada Diamantina (BA) pela atividade mineradora

Juracy Marques

Gustavo Hees de Negreiros..... 551

As veias abertas de Boquira (BA): comunidades rurais e empreendimentos minerários: o que a população tem a dizer?

Fátima Oliveira

Juracy Marques..... 561

“Lá é a nossa vida”: dinâmicas de vida e morte nos Gerais de Caetité (BA) impactados pela extração mineral

Tatiana Emilia Dias Gomes..... 581

Povos e Comunidades Tradicionais e Mineração no Sertão de Itaparica (PE)

Poliana Nascimento

Vânia Fialbo

Whodson Silva..... 591

Santa Catarina/Rio Grande do Sul 601

Comunidades Tradicionais em Santa Catarina e Mineração

Raquel Mombelli..... 603

Conflito ambiental no Delta do Jacuí: os Mbyá Guarani contra a Mina Guaíba	
<i>Guilherme Dal Sasso</i>	
<i>Camila Dellagnese Prates</i>	617
DOCUMENTOS SOBRE O COMBATE À MEGAMINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL	627
“Manifesto do comitê de combate à megamineração no Rio Grande Do Sul”	
<i>Comitê de Combate à Megamineração (CCM), 29 de maio de 2019</i>	629
“Nota sobre os ataques às Aldeias Guarani”	
<i>Comitê de Combate à Megamineração (CCM), 23 de setembro de 2019</i>	632
PARTE 2	635
O debate recente sobre mineração [em Terras Indígenas] no Congresso Nacional	
<i>Marcia Anita Sprandel</i>	639
O Congresso Nacional e as Terras Indígenas (agosto de 2019)	
<i>Marcia Anita Sprandel</i>	669
Fases dos processos minerários no Brasil (2019) correspondentes à Amazônia	
<i>Luís Augusto Pereira Lima</i>	787
Mineração em terras tradicionalmente ocupadas: velhos e novos desafios ao direito à terra e ao território	
<i>Julianna Malerba</i>	793
Mapas	811
Relação dos Grupos de Pesquisa	821

O VALE DAS TRAGÉDIAS DENUNCIADAS E O (DES) ENVOLVIMENTO AO LONGO DA EFC: O CUSTO DA VIDA EM COMUNIDADES DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ E DE AÇAILÂNDIA (MA)

Helciane de Fátima Abreu Araujo²⁰⁴

Mariana Leal da Conceição Nóbrega²⁰⁵

O recente investimento das mineradoras em reportagens divulgadas nas mídias comerciais reacendeu os debates sobre as atividades econômicas vinculadas à mineração e seus efeitos sobre o ambiente e, por extensão, sobre certa ideia de “desenvolvimento”, que, certamente inspirou a crítica do poeta Drummond, ao se referir à empresa Vale, nas terras de Minas Gerais, como “indústria ladra, porque ela tira e não põe, abre cavernas e não deixa raízes, devasta e emigra para outro ponto”.

A reportagem veiculada no Jornal Nacional, no dia 17 de setembro de 2019, afirma que: “São muitos os impactos negativos da extração mineral ilegal na Floresta Amazônica, mas nem sempre a mineração é prejudicial ao meio ambiente. Empresas que seguem as normas existentes levam desenvolvimento à medida em que trabalham na extração” (g1.globo.com). O texto segue apontando, como raiz do problema, a extração do ouro ilegal e, como exemplo do “bom convívio” entre extração e preservação, as ações da Vale na serra dos Carajás e das mineradoras Rio do Norte e Alcoa, no Pará, em parceria com universidades e comunidades.

O que diria o poeta diante de situações que poderíamos apontar como um dos aspectos da “tragédia moderna” (WILLIAMS, 2002)? Tais situações são denunciadas há mais de uma década no estado do

204. Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão; pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

205. Doutoranda do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências (IG) – UNICAMP.

Maranhão, desde que a Estrada de Ferro Carajás alargou o caminho de “desenvolvimento” no estado, estabelecendo uma fronteira entre aqueles que podem usufruir dos louros do “desenvolvimento” e aqueles que não chegam a ser envolvidos neste projeto, a não ser pelas tragédias expressas cotidianamente nos trilhos e em suas margens.

As provocações da reportagem da rede Globo nos impulsionou para uma revisita às situações das comunidades do município de Alto Alegre do Pindaré, onde, realizamos²⁰⁶ a pesquisa **Vida nos Trilhos**, em abril de 2008, e da comunidade Pequiá de Baixo, no município de Açailândia – Maranhão, onde realizamos pesquisa em 2013, no âmbito do projeto **Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação**: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais²⁰⁷. O que diria o poeta se passasse por essas terras maranhenses.

No município de Alto Alegre do Pindaré, o estudo pretendia verificar: o nível de organização econômica e social dos povos residentes no corredor da Estrada de Ferro Carajás (EFC); o poder de voz conquistado em suas lutas pelo acesso aos direitos sociais, políticos e de cidadania; os projetos econômicos e educacionais oficiais e alternativos, desenvolvidos com a participação dessas comunidades, na tentativa de superar suas dificuldades e garantir a sobrevivência.

A pesquisa adotou uma metodologia que conjuga técnicas de coletas de dados quantitativas e qualitativas, sendo aplicados 328 questionários por amostragem (10 a 15% dos domicílios), junto aos chefes (as) de família, nos povoados mais populosos e situados mais próximos da EFC. O questionário apresenta 146 questões semi-abertas, em que se procura saber a identidade

206. Realizada pelo núcleo de pesquisa do Centro de Estudos Superiores de Santa Inês (CESSIN), um dos pólos da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em parceria com o núcleo de pesquisa do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a partir do convite do Prof. Dr. Marcelo Carneiro (UFMA) e dos padres cambonianos do município de Açailândia (MA) para participar da campanha “Justiça nos Trilhos”.

207. Caderno Nova Cartografia Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. Nº 4 (jul 2014). Manaus: UEA Edições, 2014.

do entrevistado, os níveis de escolaridade, a qualidade dos serviços de educação, as informações sobre trabalho e renda, as características dos locais de moradia, as opções de comunicação e de lazer, os problemas sociais e ambientais enfrentados e os impactos causados pela EFC. Além desse instrumental, realizamos entrevistas semi-estruturadas, gravadas, com informantes-chave (moradores mais antigos, lideranças locais, políticos, funcionários dos órgãos públicos e parentes das vítimas de acidentes na EFC). Algumas informações foram obtidas via outras formas narrativas, expressas com muito mais espontaneidade em conversas informais e em observações diretas do cotidiano da população daquele município. Fizemos, ainda, uso da fotografia, procurando explorar seu potencial como recurso narrativo e de registro.

O município de Alto Alegre do Pindaré foi desmembrado do município de Santa Luzia do Tide e instalado em 1997, através da Lei Estadual de n. 6167, de 10 de novembro de 1994. Localizado a cerca de 219 km de São Luís, capital maranhense, compõe a mesorregião Oeste Maranhense, na microrregião de Pindaré, fazendo limite ao Norte com a cidade de Bom Jardim, a Leste com a cidade de Tufilândia, a Oeste com a cidade de Buriticupu e ao Sul com as cidades de Santa Luzia do Tide e Buriti. Ocupa uma área territorial de 2.177,2 quilômetros quadrados, para uma população de 35.695 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 13,8 habitantes por quilômetros quadrados (IBGE/PNUD, 2000).

Dos 328 chefes (as) de família entrevistados, 86% nasceram em outros municípios do Maranhão. Em seguida, o Ceará (5,8%) e o Piauí (5,2%) aparecem como estados de origem. Além disto, de 32% dos entrevistados residiam no município há mais de 20 anos e 15,6% entre seis e dez anos. Pelos relatos, um dos fortes atrativos para a ocupação do território era a fartura de terras disponíveis para o desempenho da lavoura, da caça e da pesca.

Apesar dos problemas ambientais e fundiários mencionados, ainda hoje os povos que residem nesse território praticam a agricultura como

fonte de renda. Em 2008, 45% dos entrevistados declararam praticar a lavoura do arroz e da mandioca. Em seguida apontaram o extrativismo vegetal, a pecuária e a pesca e a exploração, ainda de forma artesanal, dos recursos hídricos disponíveis. O rio Pindaré foi apresentado como importante fonte de sustento e de lazer das famílias de baixa renda, com forte potencial para a atividade turística.

Todo esse potencial, no entanto, estava ameaçado, em função dos problemas ambientais, entre eles: desmatamentos; queimadas; assoreamento do rio e pesca predatória. As condições do meio ambiente e o forte investimento na pecuária pressionavam os agricultores familiares a estabelecer relações de trabalho, nem sempre harmoniosas, fora de suas localidades, com os povos indígenas vizinhos.

Em função dessa realidade, uma variedade de ocupações foi assumida pelos entrevistados (comerciante, professor, empregada doméstica, vendedor, autônomo, pedreiro, funcionário público, agente de saúde, costureira, motorista, ajudante de pedreiro, carpinteiro, cabeleireiro, garçom, vigia), resultando no deslocamento de membros do grupo familiar, particularmente os mais jovens, para outras atividades não-agrícolas, com destaque para o comércio, em busca do complemento da renda familiar, já que o desemprego foi apontado, em uma lista de 20 itens, como um dos principais problemas enfrentados no município.

O município de Alto Alegre do Pindaré é um município do estado do Maranhão que mais sofre impacto da Estrada de Ferro Carajás (EFC). Em operação desde 1985, esta ferrovia interferiu no cotidiano e na organização social de suas comunidades. Algumas delas foram cortadas ao meio pela ferrovia que estabeleceu entre elas fronteiras antes inexistentes, como é o caso do povoado de Altamira literalmente dividido entre o lado “dos maranhenses” e o lado “dos cearenses”.

Em várias casas a ferrovia está a poucos metros dos seus quintais, limitando a circulação das pessoas e dos animais. Os moradores

entrevistados mencionaram mortes de pessoas e animais, em acidentes com os trens da Vale, sem o reconhecimento e a indenização por parte da empresa como um dos principais problemas enfrentados. Com a construção da EFC na região, além dos problemas ambientais, como o barulho do trem em seus quintais, poluição com o minério de ferro e rachaduras de suas residências, devido a trepidação do solo com o movimento do trem.

Após a realização de manifestações das comunidades na ferrovia, em protesto aos acidentes com morte de pessoas e animais, a empresa decidiu construir viadutos e passarelas em vários povoados. Atualmente, em seu perímetro urbano existem três passagens superiores (duas passarelas e um viaduto) que ligam bairros como a Vila Fufuca e a Vila Trovão, ao centro da cidade, onde fica a sede política administrativa, com escolas, hospital, teatro e também o setor comercial. Mas essa medida não foi suficiente para solucionar o problema das mortes de pessoas e animais nos trilhos, A notícia do site do Justiça nos Trilhos traz um balanço desses acidentes.

Acidentes na EFC – com o atropelamento de Valdemir Matos dos Santos sobe para 6 o número de mortos na Estrada de Ferro Carajás, entre os anos de 2017 e 2018, segundo levantamento da Justiça nos Trilhos. Ao todo, nesse período, ocorreram 11 acidentes: 2 abalroamentos (batida lateral de um veículo em movimento, num cruzamento), 6 atropelamentos e 3 descarrilamentos.

Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres, órgão responsável pela fiscalização da EFC, entre os anos de 2004 e 2016 ocorreram 124 acidentes no trajeto maranhense da ferrovia, ocasionando a morte de 26 pessoas. A maioria desses acidentes (76) foi de atropelamento. Alto Alegre do Pindaré aparece como um dos municípios onde mais se registram ocorrências de acidentes com vítimas fatais: cinco casos nos últimos 5 anos. (JNT, 2/10/2019)

Apesar das denúncias, nem sempre esses acidentes são reconhecidos e assumidos pela empresa, o que aumenta ainda mais a tensão na região.

A outra situação que acompanhamos é a da comunidade de **Piquiá de Baixo**, um povoado que fica a 15 km de Açailândia e que moram mais de 300 famílias e que passam a ter suas vidas alteradas ainda no século passado quando após a construção da estrada de Ferro Carajás ainda em meados da década de 1980, as empresas - Viena Siderúrgica S/A, Siderúrgica do Maranhão S/A - SIMASA, Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré, Ferro Gusa do Maranhão Ltda. – FERGUMAR, e Gusa Nordeste S/A- as quais viriam a formar o polo siderúrgico do oeste maranhense. Tais empresas se instalam e começam a adquirir terras na região. Mas o propalado desenvolvimento que viria com o polo, trouxe um processo de poluição avassalador que compromete fatalmente os moradores de Piquiá (ROCHA et al, 2015)

Piquiá de Baixo é uma comunidade antiga e tem seus primeiros registros de formação desde 1958, mas somente no período de 1984 a 1988 começam a ter suas vidas alteradas diante a instalação e operacionalização das empresas siderúrgicas. A Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá de Baixo (ACMP) foi fundada em 1989 e tem sua atuação voltada para a defesa permanente dos direitos da comunidade e tem agido junto com organizações parceiras como a Rede Justiça nos Trilhos²⁰⁸ no sentido de denunciar e reivindicar que ações de reparação sejam realizadas tanto pelo estado como pelas empresas.

Com a criação da Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá (ACMP) as denúncias começaram a tomar corpo, sobretudo aquelas referentes ao não cumprimento das normas ambientais do estado maranhense e também a reivindicação para o reassentamento da Comunidade de Piquiá de Baixo. Em 2008 após uma consulta coletiva, os moradores do povoado resolveram reivindicar em uma nova localidade, livre da contaminação do minério de ferro. De lá para cá muitas

208. Justiça nos trilhos é uma campanha internacional coordenada por Missionários Combonianos, Fórum Carajás, Fórum 'Reage São Luís, Sindicato dos Ferroviários de Maranhão, Tocantins e Pará, GEDMMA (Grupo de Estudo Modernidade e Meio Ambiente – UFMA), MST que possui como missão prioritária “Fortalecer as comunidades ao longo do corredor Carajás e denunciar as violações aos direitos humanos e da natureza responsabilizando Vale e Estado, prevenindo novas violações e reafirmando os modos de vida e a autonomia das comunidades nos seus territórios.” Informação obtida em <http://justicanostrilhos.org/quem-somos/>, acesso em 12 de agosto de 2008.

reivindicações como a instalação de filtros nas fábricas e diminuição dos impactos já foram realizadas, sem contar as manifestações e protestos, denúncias, processos judiciais que foram empreendidos.

A pesquisa realizada pela associação tinha como finalidade apontar quais caminhos eram possíveis para aquela comunidade, e na época se chegou as seguintes alternativas: continuar no local resistindo e lutando para diminuir a poluição; ser retirado o britador das proximidades da comunidade ou procurarem outro local para morar. A pesquisa indicou que quase que a totalidade das famílias apresentavam como anseio sair do local e lutar por um assentamento coletivo longe da poluição – e que as empresas e governos fossem responsabilizados por todo esse processo de mudança.

Mesmo com as solicitações e denúncias nos órgãos competentes, a ACMP não obteve êxito em relação ao cumprimento das leis por parte das empresas, normas e portarias ambientais que regulamentam a poluição ambiental no Maranhão, notadamente a Portaria 111/2008 da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e o Decreto Estadual 29.669/2013, que normatizam a emissão e o controle de gases atmosféricos e instalação de tecnologias e equipamentos para controle de emissões atmosféricas, e outras medidas de redução de impactos. Enquanto o reassentamento não é concretizado, a população do Piquiá permanece suportando a poluição que afeta não somente as 312 famílias de Piquiá de Baixo, mas toda a população do município de Açailândia.

Recentemente, no final de 2018, o processo de reassentamento das famílias ingressou em sua fase derradeira, com a abertura da construção do novo bairro do Piquiá da Conquista. Em 6 de maio de 2016 foi executada a assinatura do contrato para o projeto de reassentamento por representantes da Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP), na presença da então presidente Dilma Rousseff, no prédio presidencial do Palácio do Planalto em Brasília. A ACMP apresentou o projeto executivo de reassentamento à Caixa Econômica Federal em outubro de 2016 com a assessoria técnica da Usina - Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado. A partir daí o projeto

foi submetido a um processo de análise pelos técnicos da instituição financeira, concluído em 17 de setembro de 2018, com a assinatura do contrato de financiamento. As obras de construção do novo bairro de Piquiá da Conquista se iniciaram efetivamente em 23 de novembro de 2018. (JNT, 2019).

As duas situações de conflito que se apresentam no curso de expansão da EFC no corredor Carajás, no Maranhão, são emblemáticas para se pensar o auto custo da manutenção do modelo produtivo excludente empregado pela mineradora na região que, como diz o *poeta tira e não põe, abre cavernas e não deixa raízes, devasta e emigra para outro ponto* e (des) envolve aqueles que, de fato, deveriam ser os primeiros envolvidos porque são os primeiros atingidos por seus efeitos devastadores. É necessário pensar quanto vale a vida nas cavernas abertas e quem vai pagar a conta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS IDH 2000.

ROCHA, Milena Vieira Santos; SILVA, Dyllean de Cássia Oliveira; LOYOLA, Edney. **AMAZÔNIA ORIENTAL**: impactos socioambientais em Pequiá de Baixo no município de Açailândia-MA. Acta Ambiental Catarinense. Vol 12, nº ½ (2015).

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia Moderna** (trad) Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Alto Alegre do Pindaré: atropelamentos e falta de segurança na EFC. In: **www.justicanostrilhos.org**. Consulta em 2/10/2019

<https://ibge.gov.br>

<https://g1.globo.com>